

Raízes

v.36, n.1, jan-jun /2016

RESISTÊNCIA CAMPONESA: DUAS ABORDAGENS PARA UM CONCEITO

Daniel Lucas Ribeiro Pontes, Gutemberg Armando Diniz Guerra

RESUMO

Este artigo tem como objetivo comparar, em termos teórico-metodológicos, dois enfoques de análise da resistência camponesa em comunidades rurais. As duas perspectivas aqui analisadas, ora concordantes ora divergentes, foram formuladas por James Scott, que estudou comunidades na Ásia; e por Jean Hébette, que pesquisou na Amazônia oriental brasileira, ambos no último quartel do século XX.

Palavras-chave: resistência camponesa, conflitos; autonomia; subordinação

PEASANT RESISTANCE: TWO APPROACHES TO A CONCEPT

ABSTRACT

This article aims comparing, in methodological and theoretical terms, two ways of analyzing the peasant resistance in rural communities. The two perspectives analyzed here, sometimes agreeing or divergent, were formulated by James Scott, who studied communities in Asia; and by Jean Hébette, who researched on the Oriental Brazilian Amazon, both on the last quarter of the Twentieth Century.

Key words: Peasant resistance, conflicts; autonomy; subordination

Mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Pará, email: pontesdlr@gmail.com.

Doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, França. Professor do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará, e-mail: gguerra@ufpa.br.

1 Este artigo é oriundo da pesquisa em andamento da dissertação de mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA) intitulada “Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru/PA”.

INTRODUÇÃO

Tomando como base debates acerca da resistência camponesa presentes na literatura sociológica (HÉBETTE 2004; HÉBETTE, MAGALHÃES; MANESCHY, 2002; MELO; SILVA 2013; SCOTT 2002, 2013) o artigo pretende analisar o debate entre as teorias sobre resistência camponesa dos autores Jean Hébette e James Scott.

Neste debate teórico, três escalas de acesso à literatura sociológica foram utilizadas para refletir sobre a resistência camponesa: a global, tomando como base James Scott (2002, 2011, 2013); a nacional, referindo-se aos estudos em diversas regiões e tempos históricos no Brasil (FABRINI, 2007; COSTA; ANDRADE 2013; MELO; SILVA 2013) e a regional, baseada na capacidade de organização, luta camponesa e os impactos em comunidades rurais paraenses (HÉBETTE, MAGALHÃES e MANESCHY, 2002; HÉBETTE 2004a).

Este trabalho funda-se na pesquisa bibliográfica e principalmente, nas contribuições de autores brasileiros inspirados em James Scott (2002; 2011; 2013) e textos de Jean Hébette (2002, 2004a e 2004b), pelo fato de se distinguirem na descrição de como este movimento ocorre.

A resistência camponesa analisada neste trabalho pode ser observada sob dois aspectos: o primeiro de forma oculta ou não, percebida a priori, pautado na obra de Scott e a outra forma é a organizada ou em vias de organização através de sindicatos e associações, defendida por um pesquisador belga atuante no Brasil e mais precisamente na Amazônia, durante 30 anos, Jean Hébette.

1. RESISTÊNCIA CAMPONESA DO COTIDIANO

James Scott estudou a resistência camponesa e publicou sobre o assunto, princi-

palmente, duas obras: *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*² (1979) e *Domination and the arts of resistance*³ (1985), sendo os sujeitos pesquisados os agricultores da Ásia (Malásia, Vietnã e Myanmar).

Scott utilizou a metodologia etnográfica, pesquisando no local durante 18 meses. Através destas obras supracitadas é possível traçar os principais temas do trabalho deste autor: resistência camponesa do cotidiano; poder, dominação, discursos ocultos e discursos abertos. Para esta seção do artigo, o foco será a resistência camponesa do cotidiano segundo James Scott.

Para entender as práticas (ou formas) cotidianas de resistência camponesa parte-se da seguinte definição de Scott:

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2002, p. 24).

A definição de resistência camponesa entendida neste trabalho é a elaborada por Scott (2002) “[...] a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros” (p.11).

Scott explicita que para a prática de resistência existir não se faz necessário assumir um caráter de ação coletiva formal: as resistências simbólicas ou ideológicas, como a fofoca, os boatos, os rumores, que são manifestações coletivas, podem ser consideradas e incluídas nesta citação anterior.

2 *A arma dos fracos: formas cotidianas de resistência camponesa*. Tradução livre.

3 Traduzido para o português *A dominação e a arte da resistência* (2013).

A principal diferença entre a resistência cotidiana e outras formas de resistência é percebida quando:

(...) a resistência cotidiana se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência é em sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e *de jure*, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos *de facto* imediatos (SCOTT, 2011, p.223).

Esse ganho de fatos imediatos, por exemplo, são as pequenas melhorias que os agricultores de Sedaka⁴ ganharam com o furto de arroz e com o fato de não querer trabalhar (para os donos das terras). Representa, assim, uma forma de protestos contra os desempregos da região de estudo de Scott que ocorreram devido à mecanização do cultivo de arroz.

O trabalho de Marilda de Menezes e Maciel Cover ajuda o entendimento da teoria sobre resistência camponesa de Scott. Menezes e Cover (2015) pesquisaram sobre os trabalhadores de cana-de-açúcar no nordeste brasileiro e analisa como esses sujeitos realizam a resistência.

Menezes e Cover (2015) escreveram sobre a perspectiva de autonomia e de resistência, apoiando-se no debate teórico proposto pelo intelectual estadunidense. Scott (1976)⁵ propõe o conceito de economia moral para compreender a racionalidade camponesa e estudando o campesinato na Ásia (Baixa Burma [*Myanmar*] e Vietnã) o autor tenta explicar a racionalidade da unidade familiar camponesa através do comportamento econômico, social e político (MENEZES e COVER, 2015, p.57-58).

Menezes e Cover (2015) estudaram os agricultores assalariados da cana-de-açúcar no Nordeste Brasileiro e entrevistaram alguns

que, primeiramente, reclamaram desde pagamentos no canavial e depois realizaram uma greve em plena safra. A origem deste movimento foi espontânea, não havendo mobilizações por sindicatos no início das manifestações, mas posteriormente houve o envolvimento de lideranças e organizações de forma que a negociação foi feita através da Federação dos Empregados Rurais de São Paulo (FERAESP), do Ministério do Trabalho e da Procuradoria do Trabalho.

Os autores consideram o ato de interromper a safra como de resistência e entendem que os líderes desse movimento correm risco de serem marcados como arruaceiros e não conseguirem emprego como cortador de cana, pois os empregadores e os “gatos” chamados de “turmeiros”, responsáveis por recrutar os trabalhadores e transportá-los até o alojamento no canavial, estão atentos aos detalhes dessas mobilizações. Eles acabam por identificar e marcar os indivíduos que demonstram maior capacidade crítica e poder de agregação, eliminando-os em processos seletivos posteriores. O caráter espontâneo desse tipo de resistência possui este aspecto de fragilidade, uma vez que não tem nenhuma cobertura legal ou institucional para proteger as lideranças. Esse aspecto pode inibir atos explícitos de resistência. Por outro lado, a cobertura legal é limitada, pois nela fica completamente exposta a liderança, tornando-a previsível e de fácil controle por seus oponentes. Deve-se, entretanto, levar em consideração, que tanto no primeiro como no segundo caso, existem estratégias de blindagem dos principais envolvidos no processo de mobilização e liderança, seja pela manifestação expressa da solidariedade, seja por mecanismos de ocultação dos procedimentos que fazem funcionar a resistência, ou pela construção de uma representatividade que extrapole a corporação, aliando-se a parceiros com capital sociopolítico elevado como

4 Lugar do trabalho de campo de Scott no segundo capítulo do livro *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance* (1979) publicado em português: SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. Revista Brasileira de Ciência Política, nº5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p.217-243.

5 Livro de James Scott “Economia moral camponesa” (1976).

técnicos, universitários, agentes governamentais, políticos, artísticos e religiosos.

No texto de Melo e Silva (2013) a chegada da usina sucroalcooleira no noroeste paulista mudou o território que antes era baseado na produção leiteira e de fruticultura. Os sujeitos estudados nesta pesquisa são os descendentes de imigrantes (italianos, japoneses e espanhóis) e migrantes nacionais que vieram para aquela região por causa do cultivo de café no final do século XIX e início do XX (MELO; SILVA, 2013).

As estratégias de resistência desenvolvidas por esses sítiantes (nome dado aos habitantes dos sítios pelos agregados ou assalariados dos engenhos) são relacionadas à permanência da diversificação produtiva e da comercialização e, de caráter subjetivo, os boatos contra a usina de cana e o desejo de preservar o lazer na região (MELO e SILVA, 2013).

A permanência da diversificação produtiva é uma estratégia de resistência devido ao fato de que “com o passar do tempo, as culturas de subsistência foram perdendo espaço, gradativamente, para as culturas comerciais, sem, no entanto, jamais ter desaparecido por completo” (MELO; SILVA, 2013, p.84). Essa citação demonstra o caráter da segurança e soberania alimentar que os sítiantes tentam manter na região, tanto quanto um aspecto definidor do estilo de vida camponês, qual seja o de administrar uma unidade de produção de alimentos para a sua família, o que lhe dá uma relativa autonomia em relação ao mercado desses produtos.

Uma das contribuições do trabalho de Melo e Silva (2013) trata-se da resistência cotidiana através dos boatos, sendo responsável por impor limites à expansão da agroindústria sucroalcooleira através de estratégias de reprodução do campesinato neste local. Os boatos resultam na indisposição dos sítiantes no processo de arrendamento da terra na microrregião de Jales (Urânia, Santa Salete, Jales,

Santa Albertina e Mesópolis) no estado de São Paulo (MELO e SILVA, 2013).

Em artigo com empiria na região do Médio Mearim no Maranhão, trata-se a respeito da resistência cotidiana contra a instalação de usinas termoelétricas em comunidades em que existem famílias de quebradeiras de coco babaçu. A indignação das famílias se deu por conta da instalação da usina, pois a empresa responsável relatou que haveria a possibilidade de convivência entre o empreendimento e as famílias. Em seguida a empresa propagou o estudo ambiental e concluiu que as famílias deveriam deixar a comunidade devido a possíveis riscos à saúde (COSTA; ANDRADE, 2013).

Nesse estudo realizado no Maranhão nota-se uma multidimensionalidade da resistência que pode ser percebida através de diversos fatores como: sequestros de funcionários da termoelétrica pelos moradores da comunidade e, devido à sensação de humilhação e vergonha que a população sente em relação ao empreendimento na localidade, essas situações acabam ganhando uma dimensão moral da resistência.

Ocorreram greves devido ao impacto ambiental e social da termoelétrica na região do Médio Mearim, fazendo com que “os trabalhadores também adotassem a estratégia de impedir a mobilidade dos veículos da empresa, ações a que chamaram de greve na estrada” (COSTA; ANDRADE, 2013, p.59).

Desde o começo da instalação dessa termoelétrica a convivência entre a empresa e as famílias tornou-se conflituosa:

A própria empresa que, inicialmente, desejava fazer crer que haveria convivência harmoniosa entre suas instalações e a vida das famílias da Demanda⁶, passou a propagar, desde a elaboração de seus estudos de impacto ambiental, a notícia de que seria, inclusive, perigosa a permanência das famílias no local (COSTA; ANDRADE, 2013, p.56).

6 Essa localidade compõe-se de 70 famílias e está localizada na região dos Cocais, no Médio Mearim Maranhense, nos municípios de Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte (COSTA e ANDRADE, 2013).

O perigo da permanência das famílias no local está no fato da possibilidade de inalação do gás que o empreendimento exala, causando em algumas pessoas, dor de cabeça e tonturas. Mas anteriormente foi propagado que a termoeletrica seria uma “boa vizinha” e que não teria problemas ambientais para os moradores (através dos estudos de impacto ambiental), no entanto, posteriormente, a empresa ocupou o espaço dos babaçuais (lugar simbólico da comunidade), criando um clima de resistência contra essa agroindústria, culminando na resistência cotidiana e aberta (COSTA e ANDRADE, 2013).

2. RESISTÊNCIA CAMPONESA VIA ORGANIZAÇÃO

Um distintivo da produção intelectual de Jean Hebette é a imersão empírica prolongada por mais de trinta anos de estudos na Amazônia Brasileira, começando pela análise do processo de ocupação iniciado com a construção da Belém Brasília (HÉBETTE e ACEVEDO-MARIN, 2004a, 2004b, 2004c, 2004d), passando pelos estudos em Rondônia (HEBETTE e ACEVEDO-MARIN, 2004e, 2004f) e concentrando-se em pesquisas no Estado do Pará (HEBETTE, 2004). Esta trajetória acadêmica de três décadas do professor Jean Hebette e que se reflete pelo seu deslocamento na geografia amazônica pode ser acompanhada pela coletânea publicada em 2004 (HÉBETTE, 2004b, 2004c).

No trabalho realizado por Jean Hébette (2004), foi relatada a resistência dos posseiros⁷ em área de fronteira no Sudeste Paraense, em particular a resistência dos posseiros ao Programa Grande Carajás. Referente a este tema se destacam os artigos intitulados *Resistência dos Posseiros* (2004b); *A resistência dos posseiros no Grande Carajás* (2004c) e *Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazo-*

nas e Baixo Xingu Paraenses (2009) em parceria com Edna Moreira, que tinham como objetivo analisar o campesinato na Amazônia.

A resistência retratada no texto sobre os posseiros no Sudeste Paraense está associada às lutas pelos direitos de propriedade e contra as violências sofridas no campo, sendo estes dois aspectos sinônimos da própria resistência. A origem desse posicionamento resistente remonta à migração de pequenos agricultores/lavradores, médios e grandes fazendeiros, proprietários e empresas agropecuárias de regiões do nordeste, sudeste e sul do Brasil em direção ao sudeste paraense, incentivados pela concessão de terras pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com a abertura da Rodovia Transamazônica na época da Ditadura Militar no Brasil (HEBÉTTE, 2004a).

Migraram também posseiros que não se submeteram à burocracia do INCRA, mas sofreram violências de proprietários de terras, grileiros e do próprio Estado, conforme demonstra Hébette:

(...) com grau menor e maior de violências e de forma variada, [os grandes proprietários de terras] pressionaram os pequenos: aproveitaram necessidades financeiras dos lavradores (doenças e más safras) para negociarem lotes a vil preço; largavam animais nas roças dos colonos; ameaçavam-nos no INCRA, exibindo títulos falsificados sobre as posses; mandavam policiais para atemorizá-los ou oficial de justiça para os expulsar; contratavam pistoleiros para matar (HEBÉTTE, 2004c, p.192).

Esse clima de violência no campo paraense influenciou os agricultores a buscarem uma solidariedade e uma organização para lutarem por seus direitos não respeitados por órgãos governamentais e por políticos/latifundiários da região. Através desse debate surgiram as Associações que buscavam uma luta diferente do assistencialismo do Sindicalismo

⁷ Neste trabalho posseiro é entendido como aquele que utiliza a terra como moradia e para promover o seu sustento pelo seu trabalho e de sua família (GUERRA, 2013).

Rural do sudeste paraense. Essas associações buscavam a melhoria social dos ameaçados e dos excluídos da terra e esta luta teve como parceria os movimentos religiosos do campo, como o Movimento Eclesial de Base (MEB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

De acordo com Hébette o isolamento social e político tornou-se um problema para muitos agricultores: “O isolamento físico, ou social e, às vezes, o individualismo foram fatais para muitos, que tiveram que se dobrar diante das ameaças e acabaram por abandonar suas posses” (HEBÉTTE, 2004c, p.192).

Hébette (2004c, p. 205) afirma que a resistência coletiva, primeiramente pela força da união, depois através das associações e posteriormente com a mudança das lideranças dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais com a redemocratização do Brasil, é uma resistência necessária para os camponeses excluídos da terra e que lutam por uma Reforma Agrária no país.

No texto *A resistência dos posseiros no Grande Carajás*, Hébette retrata a trajetória de camponeses de duas áreas relativamente próximas – ainda que distintas – do Pará: a primeira de posseiros residentes da PA 150 (atualmente BR-222) que liga o município de Marabá à rodovia Belém-Brasília e a outra é onde se encontram os atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí.

Os posseiros da PA 150 são oriundos de outras áreas e migrações tanto internas ao Pará como de outras regiões do país. Vindos principalmente do nordeste brasileiro, ocuparam desde a PA 150 até a rodovia Transamazônica, mas sofreram pressão social, econômica e militar nas disputas pela terra e novamente habitam região de fronteira na década de 1980.

Os conflitos em torno da ocupação do território na PA 150 apresentam interesses diversos: o camponês presente pretende reproduzir-se no cotidiano de seu trabalho enquanto os grandes proprietários de terras manipulando o aparelho do Estado tentam expulsá-los para especular ainda mais sobre esta terra. A favor do campesinato “tinham a força da união, o conhecimento de cada palmo de terra

e a habilidade desenvolvida no confronto com a natureza” (HÉBETTE, 2004c, p. 205).

Tanto nos atos de resistências na PA 150 quanto no dos expropriados de UHT (Usina Hidrelétrica de Tucuruí) os ‘inimigos’ distintos se apresentam ora como Estado a serviço do capital e não do campesinato, ora os jagunços, pistoleiros ou agentes do latifúndio ocultados ou invisibilizados. Conforme Hébette:

A situação era diferente na PA-150: ali, as agressões eram individuais, localizadas. Envolviam de cada vez um grupo limitado; o inimigo era invisível. Andava solto nas ruas, tinha rosto e apelido. (...) Aqui era bem diferente [atingidos pela UHT]. O inimigo era impessoal, distante, poderoso a julgar pela ambição, pelas máquinas, pelos carros oficiais que traziam os funcionários dos quais alguns vestiam a camisa da função e outros cumpriam apenas obrigações impostas (HÉBETTE, 2004c, p.206).

O inimigo impessoal no segundo caso mencionado é a empresa governamental Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) responsável pela construção da Hidrelétrica. Se era impessoal, era institucionalizado, o que lhe dava uma aura de poder e representatividade legitimada pela insígnia de estatal. De acordo com Hébette (2004c) os camponeses pouca reação tiveram à investida do Estado, e embora tentassem (CASTRO, 1989), não tiveram uma organização capaz de resistir às investidas da ELETROBRAS.

Hébette relaciona o tema fronteira amazônica com o de resistência camponesa, apresentando a complexidade para estudar a resistência em uma região de fronteira, porque contém inúmeros conflitos e interesses. No caso dos agricultores estudados na PA-150 recebem apoio de religiosos (HEBETTE, 2004c, p. 205) e da Igreja Católica para continuar a luta pela terra (PEIXOTO, 1990; 1991).

Para entender o conceito de fronteira debatido por Hébette, recorre-se a Martins (1997). Este autor apresenta duas formas de expansão da fronteira: a frente de expan-

são e a frente pioneira. A primeira está relacionada ao grande capital que compra terras para transformar o território em ganho capitalista, como os Grandes Projetos da Amazônia, a exemplo do Programa Grande Carajás (PGC). A segunda caracteriza-se por ser incentivada pelo Estado, sendo os pioneiros que abrem áreas não exploradas economicamente para entrar no sistema capitalista, a exemplo da Amazônia que é a maior fronteira do país (MARTINS, 1997). Portanto:

[..] o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão e a conflitiva coexistência de ambas é mais do que contraposição de distintas modalidades de ocupação do território. Ao coexistirem ambas na *situação de fronteira*, dão aos conflitos que ali se travam - entre grandes proprietários de terra e camponeses e entre civilizados, sobretudo grandes proprietários, e índios - a dimensão de conflitos por distintos projetos históricos ou, ao menos, por distintas versões e possibilidades dos projetos históricos que possam existir na mediação da referida situação de fronteira. Essa situação de fronteira é um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais. Em grande parte porque, mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas (MARTINS, 1997, p.155).

A citação anterior deixa claro o momento de conflito entre a situação de fronteira, muitas vezes ocorrendo embate entre modos de vida diferenciados, como o capitalista e o não capitalista. Sobre isso, o pesquisador Hébette que estudou a situação de fronteira no sudeste paraense, mostra a relação conflituosa e de resistência na fronteira da Amazônia (2004a).

Em *a Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu Paraenses* (2009), Hébette e Moreira analisam a transformação ocorrida por camponeses na região do Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense, abordando a luta dessa população para a conquista da Reserva Extrativista Verde Para Sempre, no município de Porto de Moz. Essa luta foi denominada de metamorfose do campesinato⁸.

Dois períodos históricos foram determinantes para consolidar essa metamorfose. O primeiro decorrente do início do século XVIII após a Revolução Cabana⁹ em que vários fugitivos da cidade de Belém e região foram ao município de Porto de Moz após estarem sendo procurados pela polícia por participarem desta revolução. Antes esse município era habitado majoritariamente por etnias indígenas.

O segundo período, já no século XX e início do XXI, grandes madeireiras foram explorar a região deixando a população receosa com os novos empreendimentos de exploração da natureza. Através do estudo da Teologia da Libertação, realizado por teólogos e padres em parceria com lideranças sociais locais, estes participaram de movimentos sociais nacionais e foram responsáveis junto com a população local em formar uma consciência política, resistir ao grande capital e, conseqüentemente, expulsar as madeireiras, formando posteriormente a Reserva Extrativista Verde Para Sempre.

A luta e a resistência camponesa são retratadas neste no texto:

[..] Trata-se de uma luta camponesa típica da Amazônia moderna, por razões ecológicas e históricas, cuja referência simbólica foram os embates dos seringueiros do Acre. Uma luta cujas armas foram e são a vontade de autonomia e a organização coletiva camponesa. A originalidade de Porto de Moz consiste no fato de a resistência não ter sido de um só grupo profissional - os seringueiros -, mas de uma diversidade de produto-

8 Entendido como “uma mudança vivida pelos camponeses em seu cotidiano, expressa na mudança multiforme de autodeterminações identitárias. (...) ‘negro’, ‘crioulo’, ‘escravo’ ou ‘neto(a) de escravo(a)’ de ‘descendentes de quilombos’, de ‘trabalhadores da seringa’ ou ‘da roça’, de ‘castanheiro’, de ‘morador da beira do rio’, de ‘criador da várzea’, de ‘vaqueiro’, de ‘romero’ e de ‘piloto’”, que compõem a linguagem de nossos interlocutores (MOREIRA e HÉBETE, 2009, p.187-188).

9 Movimento de caráter popular e camponês que ocorreu entre 1835 e 1837 no Estado do Pará.

res e de organizações rurais unidas, no ponto de partida, pelo pertencimento comunitário e identitário à Igreja católica, na linha da Teologia da Libertação e, posteriormente, identificados por referências seculares a suas próprias organizações (MOREIRA e HÉBETTE, 2009, p. 205).

As semelhanças da abordagem de Jean Hebette com os estudos de Scott são encontradas na solidariedade entre os grupos de resistência, trazendo para a luta um caráter de coesão do movimento, de racionalidade e de moral camponesa. Tais apontamentos permitem diferenciá-las do Estado e das lógicas empresariais que invadem o território consolidado do campesinato.

As principais diferenças estão relacionadas à resistência passiva que Scott chama de resistência cotidiana devido a esta última conceituação levar em consideração as lutas ocultas dos camponeses para não sofrerem represália dos considerados dominantes. Os boatos e as fofocas são fundamentais para demonstrar insatisfação e vergonha por grandes projetos em comunidades rurais. Outro elemento é a representatividade do líder de um movimento de resistência que para Scott não precisa ser exposto por uma pessoa que assuma este papel, mas por um conjunto de pessoas que organizem a ação.

As contribuições de Hébette (2004a) tornam-se relevantes para este estudo na medida em que se considera seu campo empírico (a Amazônia). Scott (2002), ainda que tenha estudado comunidades rurais localizadas na Ásia (especificamente na Malásia), apresenta contribuições para o estudo aqui realizado, devido à preocupação em conceituar a resistência camponesa e aprofundar-se nas estratégias de luta no cotidiano. Para tanto, faz-se necessário selecionar as informações apresentadas pelos autores a fim de que esta pesquisa possa apresentar uma realidade diferente e significativa.

3. A RELAÇÃO ENTRE AS RESISTÊNCIAS

Em comparação realizada entre as duas formas de resistências estudadas neste traba-

lho, apresenta-se o Quadro 1 para mostrar as principais características de ambas:

QUADRO 1 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA DO COTIDIANO E RESISTÊNCIA CAMPONESA VIA ORGANIZAÇÃO

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS RESISTÊNCIAS	
Resistência camponesa cotidiana	Resistência camponesa via organização
Expressa-se por indivíduos ou grupos sem organização formal.	Expressa-se via organizações representativas da categoria.
Enfrenta situações conjunturais e nelas se esgota.	Pretende uma mudança político-social estrutural.
É baseada em discursos ocultos, fofocas e boatos sem autores identificados.	Envolve diversos participantes, tanto do meio rural como do meio urbano e se expressa em discursos de representantes legitimados.
A mobilização é espontânea e não se expõem os líderes, indivíduos ou grupos responsáveis pela mobilização.	A mobilização ocorre a partir da influência das Igrejas, principalmente cristãs, Associações de moradores e Sindicatos Rurais.
Acontece com o intuito de ganhos imediatos.	Tem uma perspectiva institucionalizada e de longo prazo.

Fonte: Pesquisa bibliográfica.

Demonstrando as características tornam-se evidentes as diferenças entre as resistências. Percebe-se a pertinência de estudar esse conceito de forma objetiva e organizada, visto que podem ser agregadas inúmeras características a ele. O quadro acima pode servir para o pesquisador guiar-se na pesquisa de campo e identificar que tipo de resistência está observando.

Reconhece-se que essas formas de expressão de resistências não são as únicas, sendo muitas vezes encontradas na prática associadas em comunidades rurais, devido ao objetivo, dominação e o tipo de luta camponesa.

Para facilitar o entendimento das propostas de análise do termo resistência, faz-se necessário demonstrar, através do Quadro 2, as principais reflexões a respeito do conceito de resistência. Scott propõe o conceito de resistência camponesa cotidiana e resistência camponesa (ou micro-resistência). Hébette não apresenta conceitos para resistência,

mas tenta contextualizá-la com outros agentes e contextos tais como movimentos sociais e fronteira.

QUADRO 2-REFLEXÕES A RESPEITO DE RESISTÊNCIA

SCOTT	HÉBETTE
[...] a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os alugueis e os lucros (SCOTT, 2002, p. 11).	São obviamente as situações concretas de fronteira que determinam o posseiro a lutar. É a forma particularmente violenta e tangível assumida pela opressão que força o camponês a reagir. É decisivamente, como já foi mencionado, o aspecto fatal do confronto e da rígida alternativa que este confronto envolve: ou finca o pé ou abdica de vez de seu meio de vida e de sua profissão de lavrador e se proletariza (HÉBETTE, 2004c, p.212).
Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2002, p. 24).	Particularmente no caso dos posseiros da PA-150, o processo tem tido início com reações espontâneas, individuais e muito limitadas. Não é a simples repetição dos atos de defesa que a transformaram numa resistência e um amadurecimento coletivo que levou do nível da defesa pessoal ou grupal ao nível político com certo grau de luta de classe. Isso resultou da própria <i>práxis</i> dos posseiros, pois é o próprio confronto direto com latifúndios, grileiros e empresas que lhes tem permitido identificar os seus verdadeiros opressores: o capital e o Estado. Identificar no sentido mais amplo da palavras: reconhecer-los, aponta-los, discernir seus traços distintivos, enfim conhecê-los (HÉBETTE, 2004c, p.213).
(...) as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem e assim por diante. (...) Elas exigem pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de autoajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite (SCOTT, 2011, p.219).	A resistência tem também levado os camponeses a sair do “isolamento” que lhes é frequentemente atribuído; primeiro pelo conhecimento de situações análogas nas mais diversas partes do país; segundo, por um início da articulação de sua luta com a de outros oprimidos. A descoberta de problemas idênticos aos seus tem sido importante para a sua mobilização. É a partir de um encontro sobre pastoral das barragens que se identifica a resistência dos apropriados... A participação em reuniões regionais ou nacionais, a circulação de um número impressionante de pequenos jornais de associações locais, de panfletos, de documentos de denúncias, os relatos espontaneamente transmitidos na ocasião de deslocamentos; tudo isso tem contribuído para conscientizar os camponeses de que a sua opressão fazia parte de uma pressão maior, que o rosto do inimigo local representava apenas uma das inúmeras testas de um inimigo mais amplo. A luta deu oportunidade ainda a um início de articulação das lutas em nível nacional. Mas trata-se aqui de um processo muito mais lento, cujo avanço depende de um nível de organização mais desenvolvido (HÉBETTE, 2004c, p. 214).

Fonte: Pesquisa bibliográfica.

As citações acima demonstram a preocupação desses pesquisadores com o tema, sendo esse conceito associado a outros, como dominação (Scott) e movimentos sociais e fronteira (Hébette).

Scott, devido o olhar antropológico, observa com ênfase o caráter do cotidiano da resistência levando em consideração o espaço agrário do campo de pesquisa. No Sudeste Asiático os camponeses não cultivam o arroz em larga escala em sua propriedade, pois dependem do arrendamento da terra, por isso, não podem resistir de forma aberta ao arrendatário (proprietário da terra). Deste modo, ficam sujeitos aos riscos de perder o acesso eminente à terra.

Há diferenças nas duas citações apresentadas por Scott. A primeira conceitua resistência camponesa do cotidiano e a segunda conceitua apenas a resistência camponesa. Tanto na primeira quanto na segunda fica evidente a luta de classes antagônicas entre os donos da terra (proprietários) e o explorado (camponês), como pode ser evidenciada no trecho a seguir: “qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (...) cobradas à essa classe por classes superiores” (SCOTT, 2002, p. 24).

Em Hébette o conceito de resistência é associado com o de fronteira. Por isso, na primeira citação é dito que a resistência e o conflito acontecem na situação da fronteira. Para o autor, o conceito de resistência está no âmbito da luta, na terra, por melhores condições de vida: “ou finca o pé ou abdica de vez de seu meio de vida e de sua profissão de lavrador e se proletariza” (2004, p.212).

Na segunda citação, Hébette retoma a ideia da prática (*práxis*) associada à resistência, ou seja, o camponês, através da luta coletiva, reconhece e confronta o inimigo para permanecer na propriedade rural. Já a terceira citação apresenta de que maneira as outras instituições contribuem para que a resistência camponesa tenha efeitos nos casos estudados por este autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização das abordagens de James Scott e Jean Hébette sobre resistência camponesa pode ser utilizada na metodologia etnográfica em trabalhos de campo de pesquisadores interessados no tema.

Torna-se necessário contextualizar as situações específicas no trabalho de Scott e Hébette. Os agricultores asiáticos estudados por James Scott sofrem de uma relação de dominação tanto com respeito a terra quanto ao trabalho. Por isso não podem demonstrar insatisfações abertas aos fazendeiros sobre a mecanização agrícola do cultivo de arroz e as consequências da perda do emprego. Já no caso dos agricultores da Amazônia a forma mais adequada de conseguir mudar a realidade da violência e o descaso das autoridades são as mobilizações e as parcerias no campo institucional para ter uma maior visibilidade do problema local. Ademais, esse processo de resistência ocorre paralelo ao processo de democratização do país, em que categorias excluídas por força da modernização da agricultura brasileira, perderam suas terras e tem conseguido, por ação dos movimentos sociais, resistir e/ou reintegrar-se em áreas como a Amazônia.

O debate sobre resistência camponesa é atual devido ao prosseguimento dos grandes projetos no Brasil e regionalmente na Amazônia, como as monoculturas das agroindústrias do dendê, da soja, da cana e as Hidrelétricas, provocando conflitos ambientais e reações de comunidades rurais, como as resistências camponesas.

A formalização da resistência camponesa expressamente analisada por Hébette se materializa em sujeitos coletivos como os sindicatos de trabalhadores rurais, associações de produtores, cooperativas e pelo apoio de entidades como a Igreja Católica e seus militantes configurados e associados pela Teologia da Libertação expressos pela Comissão Pastoral da Terra, ou ainda pela Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos. O Programa do Centro Agroambiental do Tocantins, liderado pelo professor Jean Hébette, assumiu o aspecto formal da Fundação Agrária do Tocantins Ara-

guaia, a FATA, atuando em apoio a projetos produtivos e políticos dos camponeses organizados em sindicatos dos municípios de Itupiranga, Jacundá, Marabá e São João do Araguaia, demonstrando o apoio da Universidade Federal do Pará ao movimento de resistência camponesa no Sudeste Paraense.

Recebido em: 27/02/2016

Aprovado em: 11/05/2016

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, E. M. R. de. Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade. CASTRO, E. M. R. de; HÉBETTE, Jean (Orgs.). *Na trilha dos grandes projetos. Modernização e conflito na Amazônia*. Belém, NAEA/UFPA, 1989. 41-70.

COSTA, Benedita C. F; ANDRADE, Maristela de P. Briga com poderosos: Resistência camponesa contra grandes projetos no Maranhão. *Raízes*, v.33, n.2, jul-dez/2013.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *O Posseiro da fronteira: Campesinato e sindicalismo no sudeste paraense*. Belém, editora Paka-Tatu, 2. ed., 2013.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004a. vol. I, II, III e IV.

HÉBETTE, Jean. A resistência dos posseiros. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004b. vol. II, p. 191-196.

HÉBETTE, Jean. A resistência dos posseiros no Grande Carajás. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004c. vol. III, p. 203-220.

HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. A ligação rodoviária Norte-Sul: sonhos e realidade. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004a. vol. I, p. 35-39.

HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. Reflexões sobre a colonização em

- torno da rodovia Belém-Brasília. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004b. vol. I, p. 41-73.
- HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. O impacto da Belém-Brasília e o desenvolvimento do baixo terciário nas zonas urbanas da rodovia. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004c. vol. I, p. 89-106.
- HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. Mobilidade do trabalho e fronteira amazônica: a Belém-Brasília. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004d. vol. I, p. 107-152.
- HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. Estado e reprodução da estrutura social na fronteira: Ariquemes em Rondônia. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004e. vol. I, p. 245-310.
- HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. État et appropriation sociale de l'espace dans le front pionnier amazonien: Colonisation à Ariquemes, Rondônia/Brésil. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004f. vol. I, p. 311-329.
- HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia B.; MANESCHY, Maria. C. *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém, EDUFPA, 2002.
- HÉBETTE, J.; MOREIRA E. S. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In: GODOI, E.; MENEZES, M.; ACEVEDO MARIN, R. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do trabalho*. São Paulo: Editora contexto, 2ª edição. 1997. p.131-179.
- MELO, Beatriz Medeiros de; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Expansão canavieira e resistência sitiante. *Raízes*, v.33, n.2, jul./dez. 2013.
- MENEZES, Marilda Aparecida de; NASCIMENTO, Celso Gestermeier do. Práticas cotidianas de resistência: Diálogos de pesquisa com a obra de James Scott. *Raízes*, v.33, n.2, jul./dez. 2013.
- MENEZES, Marilda A. de; COVER, Maciel. Trabalhadores migrantes nos canaviais do Estado de São Paulo: formas de resistências e movimentos espontâneos. In: RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola (Orgs.). *Asalarios Rurales en América Latina*. Montevideo: CLACSO, 2015.
- PEIXOTO, Rodrigo Correa Diniz. *Igreja e camponeses na Fronteira do Araguaia Tocantins*. Belém: 1990. 216 p. (Tese. Mestrado. UFPA/NAEA/PLADES).
- PEIXOTO, Rodrigo Correa Diniz. Problemas atuais da ação da Igreja na Região do Araguaia Tocantins. In: ANPOCS/IAF: Brasil Norte Nordeste. Rio de Janeiro: EBAL, 1991. 115 - 140.
- SCOTT, James. *The moral economy of the peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven: Yale University, 1976.
- SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p.217-243.
- SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência*. Lisboa: Livraria Terra Livre, 2013.